



**L E I Nº 3.369, DE 15 DE JULHO DE 2015.**

**AUTOR: VEREADOR JAIRO MAGNO DE CASTRO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS – RJ, FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**"INSTITUI PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Proteção aos Animais Domésticos no Município de Angra dos Reis, com a finalidade de estimular a posse responsável para evitar a procriação desordenada, a eutanásia e o sacrifício de animais domésticos.

**Art. 2º** O Programa de proteção aos animais consiste, basicamente no seguinte:

- I - estímulo à posse responsável através da educação ambiental;
- II - abrigo para animais destinados à adoção;
- III - incentivo à adoção de animais;
- IV - esterilização gratuita de animais domésticos;
- V - destinação de local para o sepultamento de animais.

**Art. 3º** A posse responsável implica tratamento adequado à espécie, inclusive vacinação, a fim de evitar doenças, além dos cuidados necessários à subsistência do animal.

**Parágrafo único.** São objetivos da posse responsável o combate ao abandono e à procriação não planejada.

**Art. 4º** Os animais perdidos ou abandonados serão recolhidos em abrigos para fins de adoção.

**§1º** A entidade identificará e registrará o animal.



§2º Todo animal que passa pelo abrigo será esterilizado após o período regulamentar de permanência.

§3º O responsável poderá recuperar o animal, mediante o ressarcimento das despesas com o recolhimento e a esterilização.

**Art. 5º** O animal a ser adotado deverá estar em boas condições de saúde, esterilizado e vacinado, devendo o Executivo Municipal, após a apresentação das medidas necessárias à posse responsável, exigir termo de compromisso em que conste a identificação do animal e do responsável pela adoção, bem como das medidas apresentadas.

**Art. 6º** A esterilização será colocada à disposição de pessoas que comprovadamente não tenham condições de arcar com as despesas.

**Parágrafo único.** Os procedimentos para a esterilização não poderão causar sofrimento aos animais.

**Art. 7º** Será admitida a eutanásia de animais de acordo com o que determinam as normas dispostas na Resolução nº 1.000, de 11 de maio de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

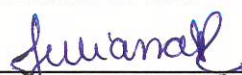
**Art. 8º** As clínicas veterinárias e organizações não governamentais poderão aderir ao Programa, mediante convênio com o Executivo.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 15 DE JULHO DE 2015.**

**MARCO AURÉLIO VARGAS FRANCISCO**  
Presidente

Registrado a(s) folha(s): 158/159  
Livro nº 060 em 15 de julho de 2015  
Publicado no Boletim Oficial nº 586  
em 02 de outubro de 2015

  
Juliana Salomão Ramalho  
Subsecretaria de Protocolo e  
Processamento de Proposições  
Matr.: 6138